

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.051 - PR (2019/0257935-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : MARINO VEDOY
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO GARCIA DA FONSECA E OUTRO(S) - PR054108
RECORRIDO : CANTAREIRA CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUCIO BAGIO ZANUTO JUNIOR E OUTRO(S) - PR029663
LETÍCIA VENTURA SOARES ZANUTO - PR031733

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARINO VEDOY contra acórdão assim ementado (fls. 1.147/1.148):

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - RECURSO INTERPOSTO PELO AUTOR NÃO CONHECIDO, EM VIRTUDE DE SUA INTEMPESTIVIDADE - ANÁLISE, APENAS, DAS RAZÕES RECURSAIS DA RÉ - EXISTÊNCIA DE DIVERSOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO NO IMÓVEL VENDIDO PELO PROGRAMA "MINHA CASA MINHA VIDA" - LAUDO PERICIAL EXPRESSO NESSE SENTIDO - ABATIMENTO PROPORCIONAL NO PREÇO, A TEOR DO ART. 18, § 1º, DO CDC - INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - CABIMENTO - COMPROVAÇÃO DE GASTO PARA LIMPEZA DO BEM, DEFEITO ATESTADO NO LAUDO TÉCNICO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS IGUALMENTE DEVIDA - TRANSTORNOS SUPORTADOS PELO APELADO QUE EXTRAPOLAM (RECTIUS, ULTRAPASSAM) O MERO DISSABOR OU ABORRECIMENTO COMUM, MORMENTE POR SE TRATAR DE IMÓVEL FINANCIADO EM PROGRAMA DESTINADO A PESSOAS DE BAIXA RENDA - ACOLHIMENTO, TODAVIA, DO PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - MONTANTE ESTABELECIDO EM SENTENÇA EXCESSIVO ÀS VICISSITUDES DA CAUSA - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS EM DESFAVOR DAI RÉ, NOS TERMOS DO ART. 85, § 11, DO CPC/2015, DIANTE DO PROVIMENTO MÍNIMO DE SUA INSURGÊNCIA - APELAÇÃO (1) NÃO CONHECIDA - APELAÇÃO (2) CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 1.188/1.198).

Em suas razões, o recorrente alega afronta ao art. 1.026 do Código de Processo Civil/2015, aduzindo que os embargos de declaração possuem efeito interruptivo, sendo tempestiva sua apelação, pois apresentou o recurso "em 03/03/17 (...) dentro do prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis após a leitura da intimação" (fl. 1.206).

Passo a decidir.

Com razão o juízo de admissibilidade ao afirmar que tempestiva a apelação, pois, embora o dispositivo proferido nos embargos da sentença (fl. 1.050) afirme que não conhecido o recurso, estes, em verdade foram desacolhidos, o que, nos termos da jurisprudência desta Corte, e da melhor interpretação legal, interrompe o prazo para a interposição de recurso. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESERÇÃO. RECURSO ADESIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. SÚMULA 280 DO STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS. INTERRUÇÃO. AUSÊNCIA DE PEÇA FACULTATIVA CONSIDERADA NECESSÁRIA PARA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. REGULARIZAÇÃO DO INSTRUMENTO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. RECURSO REPETITIVO. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

3. Os embargos de declaração tempestivos, ainda que rejeitados por terem o propósito de rejugamento, interrompem o prazo recursal.

4. O STJ firmou o entendimento de que a ausência de peças facultativas, ainda que consideradas essenciais à compreensão da controvérsia e necessárias para instrução do agravo de instrumento, não enseja a inadmissão liminar do recurso, devendo ser dada oportunidade para que a parte agravante complemente o instrumento com as peças indicadas.

5. *In casu*, o Tribunal de origem concluiu ser desnecessária intimação da agravante para complementação do instrumento, visto que a própria agravada cuidou de acrescentar a peça faltante.

Superior Tribunal de Justiça

6. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1480537/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 19/09/2019)

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao recurso especial determinando o retorno dos autos à origem para que, considerando tempestiva a apelação, prossiga no seu julgamento como entender de direito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

